

# \*PROJETO DE LEI N.º 3.913, DE 2021

(Dos Srs. Sâmia Bomfim e Glauber Braga)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de fraldários em ambientes públicos e privados de circulação, permanência ou concentração de grande número de pessoas, e dá outras providências

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-2399/2019.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput – RICD

(\*) Atualizado em 21/3/2022 para inclusão de coautor.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2021.

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de fraldários em ambientes públicos e privados de circulação, permanência ou concentração de grande número de pessoas, e dá outras providências.

#### O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

- **Art. 1º.** Fica obrigada a instalação de fraldários em ambientes públicos e privados de circulação, permanência ou concentração de grande número de pessoas, em todo território nacional.
- § 1º Entende-se por ambientes públicos e privados de circulação, permanência ou concentração de grande número de pessoas locais como shopping centers, hipermercados, aeroportos, terminais rodoviários, escolas, universidades, fóruns judiciários, sedes de poderes, entre outros.
- § 2º Entende-se por fraldário o ambiente reservado que disponha de bancada para troca de fraldas, de lavatório e de equipamento para a higienização de mãos, devendo ser instalado em condições suficientes para a realização higiênica e segura da troca de fraldas, de acordo com regulamentação.
- **Art. 2º.** Os fraldários deverão ser instalados em locais reservados, próximos aos banheiros, e serão de livre acesso a todos os usuários, sem quaisquer distinções.

Parágrafo único. Quando não houver local reservado, o fraldário deverá ser instalado obrigatoriamente dentro de ambos os banheiros feminino e masculino, ou banheiro de uso comum.

**Art. 3°.** Os ambientes públicos e privados de circulação, permanência ou concentração de grande número de pessoas terão o prazo de 6 (seis) meses, a partir da regulamentação desta lei, para adaptar as suas instalações.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

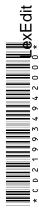
- **Art. 4**°. A inobservância da obrigação contida nesta Lei sujeitará os infratores às seguintes penalidades:
- I Advertência; e
- II Multa no valor de 5 (cinco) a 10 (dez) salários mínimos por infração, dobrada a cada reincidência;
- § 1º A fixação da multa levará em consideração a situação econômica do agente, as dimensões do local e a circulação, permanência ou concentração de pessoas no mesmo.
- § 2º Na reincidência, a infração será punida com o dobro da penalidade e, a cada reincidência subsequente, aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor.
- § 3º Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma norma e cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 1 (um) mês, contado da data em que se tornar definitiva, administrativamente, a penalidade relativa à primeira infração.
- **Art. 5°.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.
- **Art. 6°.** As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
- Art. 7°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

# **JUSTIFICAÇÃO**

A ausência de fraldários em espaços públicos e privados de grande circulação de pessoas prejudica em muito a rotina daqueles que cuidam de recém-nascidos e crianças de pouca idade; isso porque ao sair de casa, sem a disponibilização desse direito básico de condições mínimas de cuidado, tem-se quase impossível a simples tarefa de trocar uma fralda. É preciso encarar a necessidade de adaptação desses espaços e enfrentar um problema latente do mundo real.

Essa é a realidade de boa parte dos espaços de uso comum no Brasil. Em sua maioria, quando se tem fraldários estes são disponibilizados apenas para







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

o uso exclusivo de mulheres, refletindo a hiper responsabilização da figura materna e ignorando a presença de pais no cuidado de seus filhos. Ao reconhecer que apenas banheiros femininos devem ter fraldário não se resolve o problema pois coloca os pais em situação de constrangimento já que não podem trocar a fralda de seus filhos por não poderem acessar o suporte mínimo que os permita.

Falar sobre a necessidade de disponibilização de fraldários é falar sobre o dever da sociedade em garantir o direito basilar do conforto, comodidade e higiene para aqueles que dependem diretamente do cuidado do outro: os bebês. Garantir que todo espaço públicos ou privados de grande circulação de pessoas tenham ao menos um fraldário é reconhecer a parentalidade ativa e o dever do cuidado com as crianças. Esse direito já existe desde 2016 nos banheiros masculinos dos prédios públicos estadunidenses, como os prédios do governo, e desde 2019 nos prédios privados de grande circulação de Nova York, como shopping centers.

É este o objetivo e o mérito da presente proposição: garantir que nenhuma criança deixará de ser cuidada pela ausência de fraldários e que toda pessoa que dela se responsabilizar não será constrangida ao reivindicar o uso desse espaço. Sem barreiras físicas ou sociais, o projeto alerta para a responsabilidade mútua dos responsáveis e a garantia de condições para realização da tarefa de trocar fraldas.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 2021.

**SÂMIA BOMFIM PSOL-SP** 





# **COAUTOR**

# Dep. GLAUBER BRAGA

# FIM DO DOCUMENTO